

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E GESTÃO DE DEPENDÊNCIAS: ANÁLISE DOCUMENTAL DE MODELOS ORGANIZACIONAIS COM A TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS

KATHIA MORGANA SOUZA CARDOSO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CINTIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JUSSARA GOULART DA SILVA

Introdução

A agroecologia tem se consolidado como alternativa crítica ao modelo convencional de agricultura, propondo sistemas sustentáveis baseados na valorização de saberes locais, biodiversidade e justiça social. Diante das limitações da dependência de insumos externos, surgem organizações que buscam modelos produtivos mais autônomos. Este artigo propõe uma análise da transição agroecológica com base na Teoria da Dependência de Recursos, refletindo sobre a gestão de interdependências em contextos regionais.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O problema que orienta esta pesquisa é como os modelos organizacionais e agroecológicos equilibram sustentabilidade para superar dependências de recursos em contextos regionais? O objetivo geral é analisar os modelos organizacionais em transições agroecológicas com base na Teoria da Dependência de Recursos (TDR). E como objetivo específico, identificar se as organizações agroecológicas, a partir da TDR, minimizam dependências externas enquanto fortalecem a sustentabilidade.

Fundamentação Teórica

A fundamentação articula a Teoria da Dependência de Recursos, que analisa como organizações gerenciam recursos críticos em ambientes externos, com os princípios da agroecologia, que propõem autonomia produtiva e valorização de saberes locais. A TDR oferece subsídios para entender como organizações agroecológicas reduzem vulnerabilidades, enquanto a agroecologia atribui um novo significado a dependências por meio de redes locais, políticas públicas e estratégias de sustentabilidade em pequena escala.

Metodologia

Este estudo adotou abordagem qualitativa com pesquisa documental, analisando documentos oficiais, relatórios institucionais e publicações acadêmicas relacionadas a organizações agroflorestais. Foram selecionados documentos do governo, órgãos ambientais e associações agroecológicas para examinar a contribuição dos sistemas agroflorestais ao desenvolvimento regional sustentável, integrando as dimensões ambiental, social e econômica da sustentabilidade. A seleção dos documentos foi realizada entre os meses de março e julho de 2025.

Análise e Discussão dos Resultados

A análise documental revelou que os sistemas agroflorestais fortalecem a sustentabilidade regional ao promover a conservação ambiental, inclusão social e geração de renda nas propriedades rurais. A legislação vigente e os documentos institucionais ressaltam o papel dos SAFs na mitigação das mudanças climáticas, conservação da biodiversidade e na melhoria das condições socioeconômicas das comunidades rurais, consolidando-os como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Considerações Finais

Os resultados indicam que as organizações agroflorestais contribuem significativamente para o desenvolvimento regional sustentável ao integrar as dimensões ambiental, social e econômica. A pesquisa reforça a importância dos sistemas agroflorestais como práticas que promovem inclusão socioambiental e sustentabilidade. Recomenda-se ampliar pesquisas empíricas para avaliar impactos diretos dessas práticas nas regiões rurais brasileiras.

Referências

SÁNCHEZ; ROTUNDO. Teoría de Dependencia de Recursos. Enero-marzo, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22206/cys.2018.v43i1.pp75-92>. ALTIERI. Agroecologia, agri. c. e soberania alim. Revista Nera. 2010. DOI: 10.47946/rnera.v0i16.1362. SENAR. Sistemas Agroflorestais, 2017. IBGE, 2017. Análise geográfica dos resultados preliminares do Censo Agropecuário. Lei nº 12.187/2009, Política Nacional sobre Mudança do Clima. Lei nº 12.651/2012, Código Florestal. Outras referências institucionais e documentos oficiais foram utilizados para embasar a análise.

Palavras Chave

Sustentabilidade, Agroecologia, Dependência de Recursos

Agradecimento a órgão de fomento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço a UFU/ FAGEN/PPGAdm por fornecer os recursos e infraestrutura necessários para a pesquisa.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E GESTÃO DE DEPENDÊNCIAS: ANÁLISE DOCUMENTAL DE MODELOS ORGANIZACIONAIS COM A TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS

RESUMO:

Este artigo tem o objetivo de analisar os modelos organizacionais em transições agroecológicas com base na Teoria da Dependência de Recursos (TDR). E como objetivo específico, identificar se as organizações agroecológicas, a partir da TDR, minimizam dependências externas enquanto fortalecem a sustentabilidade. Partindo do problema da dependência de insumos externos na agricultura convencional, explora-se o sistema agroecológico como alternativa que promove sistemas produtivos sustentáveis, reduzindo vulnerabilidades através de redes locais, políticas públicas e práticas como Sistemas Agroflorestais (SAF). A metodologia qualitativa, baseada em revisão teórica, examina casos como redes comunitárias de economia solidária em Minas Gerais e assentamento em transição agroecológica em Pernambuco, destacando estratégias para minimizar dependências externas. A pesquisa aponta que a agroecologia reinterpreta a Teoria da Dependência de Recursos ao transformar recursos locais em ativos estratégicos, embora desafios persistam, como no caso de acesso a mercados.

Palavras-Chave: Agroecologia; Teoria da dependência de recursos (TDR); Transição agroecológica; Autonomia de recursos.

1 INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é considerado insustentável, já que gera uma grande dependência de recursos não renováveis e limitados. Além disso, o modelo de agricultura convencional tem sido responsável por grandes danos ambientais e pelo aumento das desigualdades socioeconômicas no meio rural. Existe uma lacuna sobre o tema que pode ser preenchida pelo potencial de um diálogo entre as práticas no desenvolvimento rural e as ações da agroecologia. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; BOAVENTURA et al, 2018).

Segundo Boaventura et al. (2018), a agroecologia faz a transição entre a agricultura convencional e a agricultura sustentável, surgindo como uma ciência de caráter multidisciplinar. Além disso, a agroecologia se constitui em uma expressão sociopolítica do processo de desenvolvimento rural sustentável, sendo menos agressivos ao meio ambiente e proporcionando melhores condições socioeconômicas aos agricultores.

A Teoria da Dependência de Recursos (TDR) é considerada um marco teórico essencial para compreender como as organizações interagem com seu ambiente externo em busca de recursos críticos para sua sobrevivência e crescimento. Por esse motivo, as organizações não são autossuficientes, dependendo de insumos como matérias-primas, capital, tecnologia e mão de obra, que são controlados por atores externos (fornecedores, concorrentes, reguladores) (CÁRDENAS; LOPES, 2006; SÁNCHEZ; ROTUNDO, 2018).

A agricultura convencional, baseada no uso intensivo de insumos externos e monoculturas, tem mostrado seus limites ambientais e sociais. Em contrapartida, a agroecologia surge como uma alternativa que integra produção sustentável, justiça social e soberania alimentar.

A partir do diálogo com a Teoria da Dependência de Recursos (TDR), este artigo percorre os caminhos pelos quais os modelos organizacionais em transição agroecológica traçam relações entre sustentabilidade e autonomia, revelando especificidades dessa dinâmica complexa. Tomando como exemplo experiências brasileiras como o Assentamento Nova Canaã em Pernambuco e redes de economia solidária na zona da mata de Minas Gerais, examinaremos

os mecanismos que permitem entender como esses sistemas agroecológicos reduzem a dependência de recursos externos sem perder a conexão com mercados e políticas públicas.

O problema central que esta pesquisa pretende responder é: como os modelos organizacionais e agroecológicos equilibram sustentabilidade para superar dependências de recursos em contextos regionais? Conduzido mediante análise qualitativa e documental, o presente estudo tem como objetivo analisar os modelos organizacionais em transições agroecológicas com base na Teoria da Dependência de Recursos. E como objetivo específico, identificar se as organizações agroecológicas, a partir da TDR, minimizam dependências externas enquanto fortalecem a sustentabilidade. Essa perspectiva oferece contribuições no avanço do diálogo teórico ao integrar TDR e agroecologia.

Além desta introdução, na sequência deste artigo são apresentados: referencial teórico sobre o Teoria da dependência de recursos e sustentabilidade nas organizações agroecológicas, metodologia, em seguida a análise documental dos resultados, e, por fim, as considerações finais.

2 TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS E A PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA

Neste capítulo, a revisão teórica dialoga com os fundamentos da Teoria da Dependência de Recursos (TDR), com seus conceitos sobre gestão estratégica e com os princípios agroecológicos, que trazem a perspectiva dos sistemas locais integrados. A articulação entre esses campos revela caminhos pelos quais a redução de dependências externas pode se transformar em estratégia ativa de sustentabilidade organizacional.

2.1 Princípios da Teoria da Dependência de Recursos (TDR)

A Teoria da Dependência de Recursos tem uma ampla aplicação no estudo das organizações e adota como princípio básico que a organização obtenha recursos do ambiente (bens tangíveis e intangíveis), por não possuir fatores suficientes para gerar tudo o que necessita e, por essa razão, esse modelo é considerado interorganizacional. Dessa forma, uma instituição, quando demanda por um fator de produção, pode conseguir por conta própria, no mercado, ou através de alianças corporativas que possuam esses recursos (CÁRDENAS; LOPES, 2006; SÁNCHEZ; ROTUNDO, 2018).

Sánchez e Rotundo (2018) oferecem uma revisão abrangente das premissas e aplicações da Teoria da Dependência de Recursos (TDR), destacando sua relevância para a análise organizacional. A dependência de recursos sugere que administradores e gestores precisam preparar estratégias para negociar a troca de recursos com os agentes do seu ambiente, os tornando atores ativos na busca da manutenção organizacional. Nesse sentido, a teoria da dependência de recursos compreende que a necessidade de recursos e a sua dependência são subentendidas a nível organizacional, sendo uma forma de gerenciar variáveis ambientais para sobreviver e ser eficaz no ambiente de trabalho.

Diante disso, Sánchez e Rotundo (2018) abordam as observações de Pfeffer e Salancik (1978) de que as organizações devem participar de operação comercial e processos de interdependência com outras organizações, e observam duas formas de interdependência: (A) interdependência de resultados - ocorre quando organizações dependem de resultados gerados por outras para alcançar seus objetivos; e (B) interdependência de comportamentos - refere-se à necessidade de coordenação entre as ações de múltiplas organizações para garantir a eficácia coletiva.

Por esse motivo, Sánchez e Rotundo (2018) identificam o modelo de classificação de dependência organizacional, de Jacobs, de 1974, que explica como as organizações são controladas por forças externas: (a) aquisição de insumos, (b) eliminação de produtos, (c)

aquisição de capital, (d) aquisição de fatores de produção e (e) aquisição de mão de obra. Nesse sentido, a TDR também explica como organizações adotam estratégias para reduzir vulnerabilidades, como a diversificação de fornecedores para minimizar riscos, a formação de redes colaborativas para fortalecer o acesso a recursos e influenciar políticas públicas para adaptar ambientes externos favoráveis. (SÁNCHEZ; ROTUNDO, 2018).

Desta forma, a TDR não apenas explica a dinâmica de dependência entre organizações, mas, também, oferece ferramentas para gerenciar ativamente essas relações. Essa perspectiva é particularmente relevante para estudos sobre sustentabilidade e agroecologia, nos quais a autonomia de recursos é frequentemente negociada em redes locais e políticas públicas. (CÁRDENAS; LOPES, 2006; SÁNCHEZ; ROTUNDO, 2018).

2.2 Sustentabilidade nas Organizações Agroecológicas

Segundo Caporal e Costabeber (2004), a Agroecologia é uma “ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (2004, p.6 e 7). A agroecologia tem variados termos como a agricultura ecológica, a agricultura alternativa e a agricultura sustentável (NODARI; GUERRA, 2015).

De acordo com Altieri (2010), a agroecologia é uma ciência que aplica princípios ecológicos ao manejo dos sistemas agrícolas sustentáveis e um método de melhoria da qualidade do solo para produzir plantas fortes e saudáveis. Na visão de Altieri (2010), a produtividade e sustentabilidade das pequenas propriedades rurais podem otimizar os métodos agroecológicos podendo formar a base da autonomia alimentar, produzindo alimentos básicos com a diversidade de cultivos. O autor ainda aborda que a soberania alimentar “ênfatisa o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes” de agricultores (ALTIERI, 2010, p. 24).

Na perspectiva de Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia é percebida como uma técnica gradual de transição nas formas de manejo dos sistemas agrícolas e tem como meta a passagem de um modelo convencional (agroquímico) de produção a estilos de agriculturas que anexem princípios e tecnologias de base sustentáveis. Contudo, o processo de mudança agroecológica é complexo, por ser um processo social que depende de intervenção humana, buscando maior racionalização econômica e produtiva de cada ecossistema e de mudança nas atitudes e valores de seus agentes sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Ainda assim, Caporal e Costabeber (2004) reforçam a natureza científica da Agroecologia, com seu campo de conhecimento científico inovador e multidisciplinar e encaminhado pelo objetivo de construir uma agricultura sustentável. Para Melo e Pereira (2023), os conhecimentos agroecológicos possibilitam considerar uma agroecologia de situações diversas de conhecimentos, de práticas culturais, de diferentes sujeitos e de diversas racionalidades.

No entanto, a transição sustentável no mundo para a agricultura agroecológica é lenta e tem mais evidências entre as pequenas propriedades agrícolas familiares do que em propriedades agropecuárias comerciais de larga escala. A transição agroecológica é, na maioria dos casos, estimulada pela motivação dos pequenos produtores, que assumem os riscos e os custos desta transição. Esses riscos são agravados por mudanças globais (mudanças climáticas e socioeconômicas) em andamento. E para que ocorra o sucesso na transição agroecológica é necessário a capacidade dos sistemas se tornarem mais adaptáveis para alcançar a sustentabilidade, como a capacidade dos atores sociais de se organizarem, compartilharem suas aprendizagens e de se reunirem de forma responsável ao capital natural (ecossistemas),

conhecimento e cultura, com foco no futuro (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; TITTONELL, 2020).

De acordo com Tiftonell (2020), as transições para agroecologia exigem interações sociais, mudanças na relação entre as comunidades e seu ambiente natural e de ambientes políticos e institucionais apropriados. Vale destacar que foram identificadas a transição agroecológica no Brasil, com pesquisas na Zona da Mata em Minas Gerais, resultado da ação conjuntas de famílias de produtores rurais, movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs), instituições religiosas, sindicato de agricultores, de apoio municipal e também de políticas públicas nacionais (TITTONELL, 2020).

2.2.1 Modelos Organizacionais na Agroecologia

A agroecologia compreende diversos modelos e sistemas de produção que têm como objetivo criar sistemas agrícolas mais sustentáveis, visto que cada uma delas segue determinados princípios, tecnologias, normas e regras (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). A seguir, o Quadro 1 apresenta uma lista de sistemas agroecológicos que são ferramentas importantes para a transição para uma agricultura mais sustentável, com foco na saúde do solo, na biodiversidade e na segurança alimentar.

Quadro 1 - Sistemas Agroecológicos

Sistemas	Características Principais	Similaridades	Diferenças
Agricultura Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> - Utiliza métodos naturais para a produção (ex.: controle de pragas e doenças, como o uso de consórcios de culturas agrícolas); - Evita o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos; - Foco na saúde do solo e biodiversidade; - Voltada para mercados de nicho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todos visam a sustentabilidade; - Priorizam a conservação dos recursos naturais e a biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exige certificação oficial para comercialização; - Pode ter menor integração com elementos florestais.
Permacultura	<ul style="list-style-type: none"> - Inspira-se nos padrões dos ecossistemas naturais; - Envolve planejamento integrado da produção; - Valoriza diversidade, autonomia e uso eficiente dos recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Integra produção e conservação como SAF e Sintrópica; - Valoriza a biodiversidade e saúde do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tem forte base filosófica, ética e educacional; - Aplica-se em áreas rurais e urbanas.
Sistema Agroflorestal (SAF)	<ul style="list-style-type: none"> - Integra árvores, cultivos agrícolas e criação de animais; - Promove biodiversidade, produção sustentável e estabilidade ecológica; - Protege e recupera o solo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Busca diversidade e sustentabilidade como os demais; - Usa consórcios e manejo ecológico integrado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ênfase na presença de espécies arbóreas; - Foco em restaurar ecossistemas junto à produção.
Agricultura Sintrópica	<ul style="list-style-type: none"> - Baseia-se na sucessão natural e sinergia entre espécies; - Não depende de insumos externos; - Alta densidade e diversidade de plantios; - Enfatiza regeneração ecológica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promove interações e resiliência do sistema como Permacultura e SAF; - Evita degradação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não usa adubos ou defensivos, mesmo que orgânicos; - Mais técnica em processos naturais e poda.

Fontes: (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; NODARI; GUERRA, 2015; BOAVENTURA et al., 2018; REBELLO; SAKAMOTO, 2021)

Para Boaventura et al. (2018), a agroecologia tem como objetivo uma maior sustentabilidade de recursos e devem-se considerar os desafios diante da realidade de falta de políticas públicas que regulamentem esses modelos, de relutância dos grandes e pequenos produtores, e de imposição do mercado de se produzir muito em pouco tempo. Neste sentido, argumentam que, para superar os desafios, são necessários o diálogo e a aprendizagem coletiva estabelecida entre diversos setores da sociedade.

2.2.2 Redes Comunitárias para a Transição Agroecológica

No Brasil, movimentos agroecológicos ganham força no início do século XXI. Nesse contexto, instituições focadas na agroecologia são criadas e, dentre elas, formou-se a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), uma associação científica que incorpora pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa. Desta forma, a construção da agroecologia surgiu por diversas redes, como uma forma de articulação, em vários estados brasileiros (RESENDE; FREITAS, 2019).

Desta maneira, Silva, Costa e Teixeira (2020) relatam o processo de assessoria comunitária, desenvolvido, durante o ano de 2018, pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV), no âmbito do “Projeto de redes de economia solidária e agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais”, com 10 famílias, para criar uma rede comunitária. O projeto contou com profissionais de várias áreas, como das ciências sociais, economia, administração, nutrição e cooperativismo. Nesse sentido, o processo de assessoria é para contribuir com a diversificação produtiva da localidade, incentivando o manejo agroecológico e apontando procedimentos de transição agroecológica.

Desta forma, o projeto buscou apoiar a criação de uma rede comunitária de economia solidária, a partir de uma unidade agroecológica para estruturar uma agroindústria de processamento de alimentos. Diante disso, o projeto envolveu temas como a produção agroecológica, processamento de alimentos (processamento de frutas para potencializar matérias primas da comunidade. ‘Alimento agroecológico’, rotulagem, manual de boas práticas, adequação sanitária e comercialização, viabilizando recursos para estruturação da agroindústria familiar, com mão de obra familiar, visando vinculação a rede comunitária e melhorar acesso a mercados locais. Assim, foram obtidos equipamentos para a agroindústria, como fogão industrial, freezer, mesa para manipulação etc. (SILVA, COSTA; TEIXEIRA, 2020).

Desse modo, o projeto elaborou ‘Estudo de Viabilidade’, por análise de mercado (potencial de mercado) e econômica (custos, remuneração do trabalho etc.) procurando trabalhar de forma articulada com a produção agroecológica e a unidade de processamento, assim, buscando autonomia da dependência de insumos externos (SILVA; COSTA; TEIXEIRA, 2020).

Outro estudo a destacar, foi a pesquisa de Resende e Freitas (2019) que investigaram as dinâmicas das ‘redes alimentares alternativas’ (RAAs) e sua relação com a agroecologia e a construção social de mercados. A pesquisa foi realizada em 2017 pela Universidade Federal de Viçosa em dois municípios da Zona da Mata de Minas Gerais com 12 propriedades de famílias com experiência na construção da agroecologia em uma região com predominância na produção de café. Algumas propriedades também usavam um sistema de agrofloresta que evitam insumos químicos, com mão de obra familiar e comunitária, e com autonomia na produção (como adubos orgânicos, sementes nativas), além de diversificar com a utilização do ecoturismo nas propriedades. Além disso, foi criada uma rede pela ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) que desenvolveu o ‘Plano Estratégico do Café Agroecológico’ (RESENDE; FREITAS, 2019).

No entanto, os agricultores enfrentaram desafios na comercialização de produtos agroecológicos, mas avançaram com estratégias como diversificação da produção, circuitos curtos (Feiras, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), mercadinhos da agricultura familiar e organização em associações e cooperativas. Essas conquistas foram impulsionadas por parcerias com movimentos sociais, CTA-ZM, UFV e EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, que promoveram pesquisas participativas, sistemas agroflorestais e manejo adaptativo. Além disso, a construção de mercados alternativos exigiu certificações orgânicas e comércio

justo (RESENDE; FREITAS, 2019). Portanto, a conformação de ‘redes alimentares alternativas’, apoiaram “como a cooperação social, (...), a dinamização de mercados e sua autonomia no acesso, a revalorização de produtos de qualidade como os produtos agroecológicos, e compromissos” sustentáveis da produção ao consumo (RESENDE; FREITAS, 2019, p. 162).

Por outra perspectiva, Melo e Pereira (2023) abordaram suas pesquisas em uma comunidade de produção agroecológica de um assentamento na Zona da Mata norte de Pernambuco. Desta maneira, o assentamento com 55 famílias em uma agrovila, passavam por uma transição para uma produção agroecológica em um processo de coletividade. Na produção agroecológica cultivavam frutas, hortaliças e leguminosas sem agrotóxicos, priorizando a soberania alimentar e a venda direta em feiras locais, demonstrando a viabilidade de alternativa de produtos agroecológicos.

Sendo assim, no assentamento a maior parte adotou a produção agroecológica como principal atividade, enquanto outras ainda transitavam entre o cultivo de cana e a diversificação agrícola. Desse modo, a adoção da produção agroecológica como atividade principal contrasta com a resistência de outras que mantinham o cultivo de cana, um exemplo de dependência de recursos externos do mercado canavieiro, conforme a TDR (PFEFFER; SALANCIK, 1978; SÁNCHEZ; ROTUNDO, 2018).

Nesse sentido, a organização em agrovila fortaleceu a coletividade, com mutirões e decisões participativas para manutenção de áreas comuns, reforçando a autonomia coletiva um dos princípios da agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Além disso, o protagonismo das mulheres em seus quintais produtivos como espaços de autonomia e preservação dos saberes tradicionais de sua região, exemplifica a gestão de recursos locais para reduzir vulnerabilidades (TDR) (ALTIERI, 2010). Ainda assim, desafios persistiam, como o acesso a sementes, a gestão do assentamento e a pressão do agronegócio, mas a agroecologia garantiu uma resistência para a permanência na terra desses agricultores, demonstrando como podem reorganizar dependências (MELO; PEREIRA, 2023).

2.3 Diálogo Entre a Agroecologia e a Teoria de Dependência de Recursos

O encontro entre a Teoria da Dependência de Recursos (TDR) e a Agroecologia revela tensões e alianças, um quadro analítico para examinar os modelos organizacionais em transição (quadro 1) e entender a sustentabilidade organizacional. Conforme a TDR enfatiza que as organizações dependem de recursos externos (insumos, capital, mão de obra) e buscam estratégias para reduzir essa dependência, para compreender as organizações como sistemas abertos que gerenciam interdependências (PFEFFER; SALANCIK, 1978; SÁNCHEZ; ROTUNDO, 2018), a Agroecologia propõe estratégias para a autonomia por meio de sistemas produtivos que minimizam recursos externos (como agroquímicos), priorizando recursos locais (adubos orgânicos, sementes nativas com bancos de sementes comunitários, manejo sustentável e modelos como os SAF's (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; TITTONELL, 2020). Enquanto a TDR enfatiza alianças para acesso a mercados (SÁNCHEZ; ROTUNDO, 2018), a Agroecologia redefine essas relações, como no desenvolvimento de circuitos curtos (feiras, PAA) (RESENDE; FREITAS, 2019).

Dessa forma, a agroecologia pode ser vista como uma estratégia de redução da dependência de recursos não renováveis (como fertilizantes químicos), alinhando-se à TDR ao buscar maior controle sobre as fontes de recursos.

As Organizações estabelecem alianças para acessar recursos, como cooperativas e redes de produtores (PFEFFER; SALANCIK, 1978; CÁRDENAS; LOPES, 2006). Já na agroecologia se fortalece redes de cooperação, como feiras agroecológicas, assim reduzindo a dependência de grandes mercados (TITTONELL, 2020). Desta forma, a formação de redes

comunitárias agroecológicas, como cooperativas e associações, pode ser interpretada como uma resposta estratégica à dependência de recursos, conforme previsto pela TDR.

A Teoria da dependência de recursos implica que organizações buscam crescimento e eficiência. (SÁNCHEZ; ROTUNDO, 2018). Por sua vez, a agroecologia muitas vezes prioriza pequena escala e diversificação, o que pode limitar sua competitividade em mercados convencionais (BOAVENTURA et al., 2018). Por esta razão, ocorre uma dificuldade em conciliar a sustentabilidade em pequena escala com a necessidade de acesso a mercados.

Essa articulação entre as teorias revela como os modelos agroecológicos reinterpretem a ideia de dependência, transformando recursos locais em estratégicos, sem desconhecer a necessidade de conexões com políticas públicas e redes colaborativas.

Modelos como os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e Agricultura Sintrópica exemplificam como a agroecologia redefine a “dependência” ao transformar recursos locais em ativos estratégicos. Além disso, ocorre uma convergência quando as duas abordagens destacam a importância da gestão estratégica de recursos, seja pela negociação com atores externos (TDR) ou pela otimização de recursos internos (Agroecologia).

Entretanto, existem contradições quando a TDR pressupõe que organizações dependem de ambientes externos instáveis, enquanto a agroecologia busca minimizar essa vulnerabilidade através de redes locais e conhecimentos tradicionais.

Este diálogo teórico permite analisar os casos empíricos através das linhas: (a) Estratégias de substituição de recursos, como os modelos agroecológicos substituem insumos externos por alternativas locais; (b) Reconfiguração de redes de dependência, como se reorganizam as relações com mercados e políticas públicas.

Essa articulação teórica entre TDR e Agroecologia revela que os processos de transição agroecológica não eliminam as dependências, mas as transformam, criando novas configurações entre autonomia local e conexões necessárias com políticas públicas e mercados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-empírica, fundamentada na análise de documentos institucionais relacionados às práticas organizacionais de base agroecológica no Brasil. Segundo Creswell (2007), a pesquisa qualitativa busca interpretar o sentido dos fenômenos sociais, considerando seus contextos históricos, culturais e institucionais.

A pesquisa documental está centrada na análise de fontes formais e públicas, como legislações, programas, relatórios técnicos, cartilhas institucionais e sites de organizações da sociedade civil e do Estado. De acordo com Flick (2009), a pesquisa documental permite explorar documentos produzidos com finalidades práticas ou administrativas, mas que podem ser reinterpretados como fontes de dados sociais relevantes. Como reforçam Laville e Dionne (2008), a análise documental possibilita acessar registros que refletem a ação institucional e os modos de organização coletiva em contextos reais.

A seleção dos documentos foi realizada entre os meses de março e julho de 2025 e foram acessados por meio de buscas em repositórios oficiais e plataformas institucionais de acesso público disponíveis na internet, garantindo a autenticidade e atualidade das informações.

O corpus da pesquisa foi composto por 16 documentos nacionais oficiais de domínio público, produzidos por instituições federais, organizações de pesquisa e organizações da sociedade civil, selecionados por sua relevância temática e potencial para evidenciar experiências organizacionais de base agroecológica. Foram analisados: (1) A Constituição Federal de 1988 (art. 5º, inciso XXIII); (2) Lei nº 10.831/2003 sobre a produção orgânica; (3) Decreto nº 7.794/2012 – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO); (4) Lei nº 11.947/2009 – sobre o atendimento da alimentação escolar; (5) PAA Programa de

Aquisição de Alimentos (10.696/2003); (6) PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). (7) PLANAPO – Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica – versões 2016–2019 e 2024–2027; (8) PRONAF Agroecologia – Portal BNDES (2025); (9) Plano ABC+ – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – MAPA (2022); (10) Cartilha Agroecológica (CEPLAC/MAPA) – ALMEIDA et al. (2012); (11) Tecendo Redes de Experiências em Saúde e Agroecologia (Sistematização de Experiências). ABA; FIOCRUZ; ANA (2020); (12) ABA - Associação Brasileira de Agroecologia - Site institucional. Acesso em julho de 2025. (13) Tecendo Redes de Experiências em Saúde e Agroecologia: Resultados e Reflexões a Partir da Sistematização de Iniciativas Construídas. ABA; FIOCRUZ; ANA (2022); (14) Relatório de Indicadores Agroecológicos 2023–2024 – CETAP; (15) Censo Agropecuário 2017 – Resultados Definitivos – IBGE (2019); (16) Publicação “Agroecologia e Povos Tradicionais na América Latina e Caribe” – EMBRAPA (2023);

Foram incluídos documentos que atendem simultaneamente aos seguintes critérios: (A) Relevância temática que trata de agroecologia, agricultura familiar, políticas públicas para a agricultura orgânica, organizações sociais ou estratégias sustentáveis de gestão de recursos; (B) Caráter institucional, produzido por fontes confiáveis, como órgãos governamentais (ex: MAPA, IBGE, BNDES), instituições de pesquisa (ex: Embrapa, Fiocruz), redes acadêmicas (ex: ABA) ou organizações da sociedade civil com atuação reconhecida na temática; (C) Acesso público e autenticidade que estão disponível em plataformas oficiais (sites institucionais, repositórios públicos, cartilhas assinadas ou relatórios digitais completos); (D) Atualidade e relevância temporal, dado preferência a materiais dos últimos quinze anos (2009–2024), período de intensificação das políticas de agroecologia e de reorganização institucional nesse campo no Brasil.

Os critérios de exclusão foram: (a) Documentos sem autoria institucional claramente identificada (ex: textos opinativos, blogs ou publicações informais); (b) Materiais com caráter puramente acadêmico-teórico, como artigos científicos ou ensaios, que não apresentem dados institucionais ou relatos de experiência organizacional; (c) Documentos cuja temática não estivesse diretamente vinculada à organização de experiências agroecológicas ou à gestão de recursos em contextos regionais.

A técnica de análise documental foi conduzida pelo modelo proposto por Bardin (2016), que permitiu organizar, interpretar e categorizar os dados, a partir da identificação de unidades de sentido nos textos, com leitura analítica e foco na compreensão dos modos de organização, estratégias de cooperação e mecanismos de enfrentamento da dependência de recursos.

Foram definidas previamente categorias analíticas derivadas da Teoria da Dependência de Recursos (TDR), tais como: acesso a recursos produtivos, técnicos e financeiros; redes de cooperação e alianças interorganizacionais; valorização de recursos locais e saberes tradicionais; estratégias para redução de vulnerabilidades institucionais e econômicas. A leitura interpretativa dos documentos buscou evidenciar como são estruturados nas práticas agroecológicas e de que modo se articulam com políticas públicas e redes organizacionais. Ao integrar teoria organizacional e dados empíricos extraídos de fontes oficiais, a pesquisa reforça seu caráter teórico-empírico e contribui para a compreensão das dinâmicas organizacionais no campo da agroecologia.

Como limitação metodológica, reconhece-se a ausência de dados empíricos primários, como entrevistas ou observações em campo. O estudo privilegia documentos de instituições públicas e redes organizadas, podendo não contemplar práticas informais de agroecologia.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOCUMENTAIS

Esta seção realiza uma análise documental de políticas públicas, relatórios e registros de organizações agroecológicas no Brasil, examinando como esses materiais evidenciam os

desafios e estratégias de dependência de recursos (TDR) e autonomia na transição agroecológica.

4.1 Políticas Públicas e Diretrizes para a Agroecologia

O marco normativo e institucional da agroecologia no Brasil tem avançado desde o início dos anos 2000, buscando integrar políticas públicas voltadas à sustentabilidade e à segurança alimentar. Contudo, os fundamentos dessa trajetória já se expressam na Constituição Federal de 1988, que em seu art. 5º, inciso XXIII, estabelece que “a propriedade atenderá a sua função social” (BRASIL, 1988). Esse princípio orienta a criação de instrumentos jurídicos e políticos que asseguram o uso da terra de forma sustentável como os sistemas agroecológicos promovidos pelas políticas públicas de agricultura familiar.

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) determinou a regulamentação da Lei nº 10.831/2003, que trouxe regramento para a produção e comercialização dos produtos orgânicos e atividades de agroecologia no Brasil, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica e normas complementares foram construídas de forma participativa, envolvendo toda a Rede de Produção Orgânica e diversas representações da sociedade civil (BRASIL, 2022).

Dessa forma, o Decreto nº 7.794/2012 institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de

(...) integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2024).

O PNAPO tem o objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população com a oferta e o consumo de alimentos saudáveis. Como incremento da PNAPO, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2016-2019) detalha os eixos de ação estratégica voltados ao fortalecimento da agroecologia, como o acesso à terra e ao crédito, pesquisa participativa, comercialização e extensão rural (BRASIL, 2016). Contudo, o programa PLANAPO 2024–2027, instituído em outubro de 2024 pela Portaria Interministerial nº 7/2024, atualiza o ciclo anterior (2016–2019) incorporando sete eixos estratégicos para fortalecer sistemas agroecológicos, promover inclusão social e ampliar a integração intersetorial e em seu art. 3º descreve seus eixos de atuação: “I - produção; (...) III - construção do conhecimento e comunicação; IV - comercialização e consumo; V - terra e território; (...) e VII - saúde e cuidados com a vida.” (BRASIL, 2024).

Essas políticas são articuladas a programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O PAA é um programa governamental para realizar a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local. O PAA foi criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, com a finalidade de acesso à alimentação de qualidade às populações em situação de insegurança alimentar e para inclusão socioeconômica e aperfeiçoamento à produção sustentável, comercialização e ao consumo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2017).

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é um programa do governo federal que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar a estudantes da educação básica pública, e repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores de caráter suplementar. E ainda, com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009 (dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Direto na Escola), 30% do valor repassado pelo PNAE deve

ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, assim, estimulando o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. (BRASIL, 2025)

É possível perceber que as políticas e programas para agroecologia operam como mecanismos estatais de compra institucional da agricultura familiar e que se articula com os empreendimentos agroecológicos, contribuindo para fortalecer mercados locais e reduzir a dependência comercial externa. Os seguintes instrumentos configuram interdependências controladas, como propõe a TDR, viabilizando acesso a recursos (mercado, capital, infraestrutura) por meio de políticas públicas estruturantes, sem comprometer a autonomia produtiva dos sistemas agroecológicos.

4.2 Experiências Organizacionais em Agroecologia

A análise documental identificou diversas formas organizacionais adotadas por agricultores em transição agroecológica. A ABA - Associação Brasileira de Agroecologia, é uma instituição de referência no campo que apoia ações dedicadas ao fortalecimento das práticas agroecológicas, destaca a diversidade dos sujeitos envolvidos nesses processos, especialmente povos e comunidades tradicionais (ABA, 2025). Além disso, a ABA organiza redes de pesquisa, formação, articulando práticas locais com a construção de políticas públicas, como evidenciado no relatório “Tecendo Redes de Experiências em Saúde e Agroecologia”, que sistematizou 165 experiências em todo o país que destaca “contribuir para a preservação da cultura presente nos territórios rurais, (...) independência financeira, integração de parcerias e outros” (ABA, 2020, p.15).

O Relatório de Indicadores Agroecológicos 2023–2024: um panorama da agroecologia na América Latina, publicado pelo CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares) que é uma organização da sociedade civil, que trabalha pela defesa de direitos, capacitação e promoção da cidadania que participa do projeto “Agroecologia na América Latina: Construindo Caminhos”. O relatório apresenta dados de pesquisa aplicada a propriedades agroecológicas em sete países da América Latina, incluindo o Brasil que possui 236 unidades cadastradas. A pesquisa destaca a atuação de organizações da sociedade civil em redes agroecológicas e apresenta indicadores como diversidade de cultivos, articulação com mercados locais para fortalecimento dos mercados agroecológicos e vínculos com programas públicos. A partir de recorte de dados coletados em Santa Catarina em 10 unidades de produção agroecológica, a pesquisa realizou uma análise sobre estratégias e práticas que fortalecem a autonomia produtiva como o fortalecimento de canais de comercialização e a sustentabilidade” (CETAP, 2024, p. 13). Esses dados indicam estratégias concretas de minimização de dependências externas, coerentes com os princípios da TDR.

4.3 Indicadores e Estratégias de Redução da Dependência

A partir da análise dos documentos mencionados, foi possível identificar um conjunto de estratégias adotadas pelas organizações agroecológicas para enfrentar a dependência de recursos externos. Essas estratégias reforçam os princípios da Teoria da Dependência de Recursos (TDR), segundo a qual as organizações buscam reduzir vulnerabilidades e assimetrias por meio da formação de redes colaborativas para fortalecer a diversificação de fontes de recursos. Dentre as práticas mais recorrentes, destacam-se:

(a) Valorização de recursos locais: uso de sementes nativas, adubos orgânicos produzidos localmente e diversidade de cultivos são práticas amplamente documentadas na cartilha agroecológica do MAPA/CEPLAC. O material enfatiza que a agrofloresta valoriza a biodiversidade local, onde descreve que “na Agrofloresta, todo conhecimento dos agricultores sobre o seu ambiente, sobre as espécies, sobre as plantas é de fundamental importância”

(ALMEIDA et al., 2012, p. 23). Dessa forma, o documento confirma que o conhecimento do uso de recursos disponíveis na propriedade, reduz custos e dependências externas.

(b) Circuitos curtos de comercialização: a construção de feiras agroecológicas, o fortalecimento de programas governamentais (PAA, PNAE), e a venda direta ao consumidor têm sido estratégias fundamentais relatadas em diversos documentos. O documento PLANAPO 2016–2019 destaca que o projeto “deve se voltar para a construção de uma estratégia nacional de abastecimento das populações urbanas com alimentos orgânicos e de base agroecológica” (BRASIL, 2016, p.29), reconhecendo que a ampliação dos canais de comercialização é condição necessária para consolidar os sistemas agroecológico em suas regiões”. Além disso, segundo o *Censo Agropecuário 2017 – Resultados Definitivos*, publicado pelo IBGE, 64.690 estabelecimentos agropecuários no Brasil declararam adotar práticas de produção orgânica certificada. Desses, 36.689 se dedicavam exclusivamente à agricultura orgânica, 17.612 à pecuária orgânica e 10.389 combinavam ambas as práticas (IBGE, 2019, p. 81). Esses números revelam o avanço da produção orgânica no país e apontam para o fortalecimento de sistemas produtivos alternativos vinculados à agroecologia, que, em muitos casos, operam em circuitos curtos de comercialização e articulados com políticas públicas.

(c) Redes de cooperação e organização comunitária: associações, cooperativas, agroindústrias comunitárias, núcleos de agroecologia em universidades. Nesse contexto, a ABA busca potencializar, através de sua atuação institucional, referenciais de produção de conhecimentos, estratégias de ação coletiva, fortalecendo a agroecologia nos mais diferentes contextos (ABA, 2025) Essa dinâmica é reforçada no relatório “Tecendo Redes de Experiências em Saúde e Agroecologia” um relatório digital que destaca a articulação de experiências de produção agroecológica, promoção da saúde e fortalecimento territorial, com o protagonismo de mulheres no conjunto de ações na agroecologia e de coletivos locais (ABA; FIOCRUZ; ANA, 2022). Esses espaços colaborativos são fundamentais na construção de alternativas viáveis à lógica convencional de mercado e para a busca de uma autonomia organizacional, conforme propõe a Teoria da Dependência de Recursos.

(d) Gestão participativa e protagonismo social: processos de tomada de decisão, protagonismo de mulheres e jovens. Em diferentes documentos, destaca-se o papel das mulheres e dos jovens como agentes centrais nos processos de transição agroecológica, tanto na produção quanto na gestão das propriedades agroecológicas. As práticas de mutirão, assembleias e conselhos locais são mencionadas como formas de descentralizar o poder e estimular a corresponsabilidade coletiva (ABA, 2025; PLANAPO, 2016). A Embrapa em suas publicações técnicas, também ressalta a importância da inclusão do conhecimento tradicional para a viabilidade dos sistemas agroecológicos. Os povos tradicionais “buscam diferentes estratégias de produção alimentar adequadas (...) muitas das quais em nítida consonância com os fundamentos da Agroecologia” (BARROS et al., 2023, p. 306). Portanto, a agroecologia fortalece os modos de vida dos povos tradicionais e resgata formas históricas de uso da terra com base na diversidade cultural e ambiental (BARROS et al., 2023).

(e) Integração com políticas públicas e acesso a recursos: capacitações técnicas, crédito específico para produção agroecológica. Diversas políticas públicas têm contribuído diretamente para a autonomia dos empreendimentos agroecológicos, incluindo o acesso a editais de fomento, assistência técnica e crédito rural orientado. Nesse sentido, o PRONAF Agroecologia, operacionalizado pelo BNDES, é um exemplo de linha de crédito específica para a implantação e manutenção de sistemas agroecológicos (BNDES, 2025). O programa PRONAF Agroecologia apoia práticas sustentáveis e o uso de tecnologias apropriadas, com foco na recuperação ambiental e na autonomia na produção. Já o Plano ABC+, coordenado pelo MAPA, integra a Política Nacional sobre Mudança do Clima e promove financiamento para sistemas sustentáveis, como agroflorestas, recuperação de solos e manejo ecológico da produção (BRASIL/MAPA, 2022).

Essas estratégias documentadas demonstram que os sistemas agroecológicos buscam reorganizar as relações de dependência de forma integrada e sustentável. A TDR, nesse contexto, permite compreender como essas organizações constroem alternativas a partir de redes de cooperação e articulação política, fortalecendo os empreendedores agroecológicos a superarem as pressões do mercado convencional, por meio de redes de apoio e ações que integram autonomia e sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste artigo é analisar os modelos organizacionais em transições agroecológicas de acordo com a Teoria da Dependência de Recursos, e como objetivo específico, identificar se as organizações agroecológicas, a partir da TDR, minimizam dependências externas enquanto fortalecem a sustentabilidade. Nesse sentido, investigar como esses modelos equilibram sustentabilidade e autonomia de recursos e de que forma as organizações agroecológicas lidam com estratégias de sustentabilidade que podem mitigar essa dependência.

A Teoria da Dependência de Recursos demonstra que as organizações dependem de fatores externos (insumos, capital, mão de obra) e desenvolvem estratégias para reduzir essa vulnerabilidade (PFEFFER; SALANCIK, 1978; SÁNCHEZ; ROTUNDO, 2018). Já a Agroecologia propõe um modelo que minimiza a dependência de recursos não renováveis, priorizando sistemas locais e autônomos, como agricultura orgânica, sistemas agroflorestais e permacultura (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; TITTONELL, 2020).

A análise dos modelos organizacionais agroecológicos com a TDR confirma que a agroecologia reinterpreta os princípios da TDR, ao transformar recursos locais, como no uso de sementes nativas, e na utilização de adubos orgânicos, em estratégias que reduz a dependência de insumos externos, como por exemplo fertilizantes químicos e sementes transgênicas. Além disso, os Sistemas Agroflorestais e a Agricultura Sintrópica exemplificam essa remodelação que imita padrões dos ecossistemas naturais, em contraste com a agricultura convencional, altamente dependente de recursos externos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; TITTONELL, 2020). No entanto, a dependência de mercados permanece, determinando estratégias como circuitos curtos de comercialização (feiras, PAA, PNAE) e acesso a mercados locais e na busca de expandir o alcance de mercado, para reduzir vulnerabilidades (RESENDE; FREITAS, 2019).

Com relação a Minimização de dependências externas e fortalecimento da sustentabilidade, a análise documental revelou que redes colaborativas (cooperativas, associações) são fundamentais para gerenciar interdependências, conforme previsto pela TDR (PFEFFER; SALANCIK, 1978; CÁRDENAS; LOPES, 2006; SÁNCHEZ; ROTUNDO, 2018). Uma das principais causas do fortalecimento dos empreendimentos agroecológicos é por aplicação de Políticas públicas (PNAPO, PRONAF Agroecologia), que atuam como mediadoras, viabilizando acesso a crédito e mercados sem comprometer a autonomia produtiva. Pelos aspectos da gestão participativa, foi evidenciado que as Mulheres e os jovens emergem como atores centrais na gestão de recursos locais, fortalecendo a resiliência organizacional (MELO; PEREIRA, 2023).

Como contribuições a pesquisa apresentou um diálogo entre a TDR e a agroecologia, demonstrando que a agroecologia não elimina dependências, mas as reconfigura, priorizando redes locais e políticas públicas como estratégias de redução de vulnerabilidades. Levando-se em conta o que foi observado, as redes colaborativas, com as políticas pública, o PAA e PNAE, são fundamentais para fortalecer a autonomia dos produtores em transição agroecológica, alinhando-se à TDR ao criar interdependências controladas. Este estudo contribui para o avanço

do conhecimento teórico ao integrar a TDR com modelos agroecológicos, destacando como a gestão estratégica de recursos pode fortalecer a sustentabilidade organizacional.

No entanto persistem desafios, como a dificuldade de acesso a mercados amplos e a pressão do agronegócio convencional que exigem políticas públicas mais robustas e maior articulação entre atores sociais.

A limitação da pesquisa está na análise baseada em documentos institucionais, sem dados primários (entrevistas com agricultores). As recomendações para estudos futuros é investigar como diferentes modelos organizacionais (cooperativas vs. associações) influenciam a gestão de dependências e analisar o impacto de certificações participativas no acesso a mercados.

Conclui-se que a agroecologia oferece um modelo alternativo de gestão de dependências, alinhando-se à TDR ao mesmo tempo em que a expande, incorporando dimensões socioambientais e sociopolíticas. A sustentabilidade nesses sistemas propõe uma renegociação estratégica das relações com mercados e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia; ANA - Articulação Nacional de Agroecologia; FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz. Resultados: Tecendo Redes de Experiências em Saúde e Agroecologia (Sistematização de Experiências). **ABA; ANA; Fiocruz**; 2020. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br>. Acesso em: jul. /2025.

ABA; FIOCRUZ; ANA. Tecendo Redes de Experiências em Saúde e Agroecologia: Resultados e Reflexões a Partir da Sistematização de Iniciativas Construídas. Relatório Digital. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, 2022. Disponível em: https://fiocruz.br/sites/fiocruz.br/files/documentos_2/relatorioidigital_07022023.pdf. Acesso em: julho/2025.

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia. Anais de Congresso Brasileiro de Agroecologia. Cadernos de Agroecologia. Brasília, DF: **ABA**. 2024. Disponível em <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/issue/archive>. Acesso em: julho/2025.

ALMEIDA, J. A. F. de et al. Agroecologia. (Cartilha Agroecológica). Ilhéus: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Ceplac/Cenex**. 44p. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes-outras-cadeias/agroecologia-2012>. Acesso em: junho/2025.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**. ANO 13, Nº. 16. p.22-32. 2010. DOI: 10.47946/rnera.v0i16.1362.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ª.ed. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**. 2008. *E-Book* Disponível em: <https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/agroecologia-a-dinamica-produtiva-da-agricultura-sustentavel.pdf>. Acesso em: maio/2025.

BARROS, Flávio Bezerra; et al. (eds.). Agroecologia e povos tradicionais na América Latina e Caribe. Brasília, DF: **EMBRAPA**; v. 6. 2023. 354 p. (Coleção Transição Agroecológica). Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1158494/1/Transicao-agroecologica-vol6-1.pdf>. Acesso em: julho/2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2016.

BOAVENTURA, Kárita de Jesus; VAZ, Wesley F.; PORFÍRIO JR. Éder D.; SILVA NETO, Carlos de Melo e; SOUZA, Murilo M. O de. A Agroecologia Ontem, Hoje e Amanhã em Terras Tupiniquins: Conceito, Contexto e Perspectivas. **HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**. ISSN 2237-2717. V.8, n.2 p. 180-209. 2018.

BRASIL. CASA CIVIL. Decreto Nº 7.794 – 20/08/2012. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). **Gov.br.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: jun./2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF. 1988.

BRASIL. FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sobre o PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei nº 11.947/2009). 2025. **Gov.br** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/1ccr/pnae.html>. Acesso em: jun./2025

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Lei - 10.831, de 23/12/2003 - Sistema orgânico de produção agropecuária. **Gov.br.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos> Acesso em: maio/2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Modalidade Compra Institucional. Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Orientações para Órgãos da União e Empreendimentos Fornecedores. **Gov.br.** 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Compra_Institucional_PAA_3.pdf. Acesso em: maio/2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2016-2019). Brasília: **MDA**, 2016. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Planapo-2016-2019.pdf>. Acesso em: julho/2025.

BRASIL. Secretaria Geral. Governo retoma política nacional de agroecologia e produção orgânica (PNAPO). **Gov.br.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/junho/governo-retoma-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica#:~:text=O%20Decreto%20n%C2%BA%207.794%2F2012,o%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%20e%20a>. Acesso em: maio/2025.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 7, de 15 de outubro de 2024. Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO - 2024–2027). **Gov.br.** Diário Oficial da União, 18 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/planos-nacionais-de-agroecologia-e-producao-organica1>. Acesso em: julho/2025.

CÁRDENAS, L. Q.; LOPES, F. D. A Formação de Alianças Estratégicas: uma análise teórica a partir da teoria da dependência de recursos e da teoria dos custos de transação. FGV. **Cadernos EBAPE.BR**, 4(2), 1 a 8. 2006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/4972>. Acesso em: jun./2025.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: **MDA/SAF/Dater-IICA**. 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: **EMPRAPA**. 2009. Disponível em: http://www.cpatia.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2442.pdf. Acesso em: maio/2025.

CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares. Relatório de Indicadores Agroecológicos – 2023-2024: um panorama da agroecologia na América Latina. **CETAP**. 2024. Disponível em: https://cetap.org.br/site/wp-content/uploads/material/Agroecologia-AmericaLatina-relatorio_indicadores_2023-2024.pdf. Acesso em: julho/2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IBGE. IBGE lança análise geográfica dos resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/q58p8>. Acesso em: julho/2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

https://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/World_Census_Agriculture/WCA_2020/WCA_2020_new_doc/BRA_REP1_POR_2017.pdf. Acesso em: julho/2025.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A. **Construção do saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 2008. ISBN 978-85-7307-489-5

MELO, Emely C. S.; PEREIRA, Mônica C. B. Agroecologia e Ecologia de Saberes Desconstruindo o Projeto Colonial da Agricultura Brasileira: a Zona da Mata Pernambucana Resiste. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**. ISSN 1809-6271. Uberlândia: v. 18, n. 52, p. 1-24. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT185270205>.

NODARI, Rubens O.; GUERRA, Miguel P. A Agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**. USP. 29 (83), 2015. DOI: 10.1590/S0103-40142015000100010.

PAULINO, Jonatta S.; GOMES, Ramonildes A. A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 35, Número 1. 2020.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. **O Controle Externo das Organizações: uma perspectiva de dependência de recursos**. USA: Harper & Row, Publishers. 1978.

REBELLO, José F. S.; SAKAMOTO, Daniela G. **Agricultura Sintrópica Segundo Ernst Götsch**. Ed. Reviver. São Paulo: ISBN 978-65-88983-03-4. p.156. 2021. *E-Book* Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/793860/Agricultura+Sintrópica+segundo+Ernst.pdf> Acesso em: maio/2025.

RESENDE, Eugênio M. de S.; FREITAS, Alair F. de. Redes Alimentares Alternativas, Agroecologia e a Construção Social de Mercados. **Cultura Agrônômica**. Ilha Solteira: v.28, n.2, ISSN 2446-8355. p.152-165, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.32929/2446-8355.2019v28n2p152-165>.

SÁNCHEZ, Mónica P. R.; ROTUNDO, Gerardo J. Z. Teoría de Dependencia de Recursos: Premisas Y Aplicaciones. **Ciencia y Sociedad**. ISSN: 0378-7680. Vol. 43, No. 1, enero-marzo, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22206/cys.2018.v43i1.pp75-92>.

SCARPARI, Karini A.; ZIMMERMANN, Silvia A. Agroecologia: A Experiência de Organização Social de Agricultores Familiares em Foz do Iguaçu/PR. **Campo-Território: revista de Geografia agrária**. ISSN 1809-6271. Uberlândia: v. 16, n. 41, p. 20-42. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT164102>.

SILVA, Marcio G.; COSTA, Bianca A. L.; TEIXEIRA, Ramon S. Agroecologia e Economia solidária: Rede Comunitária e canais curtos de Comercialização. **Cadernos de Agroecologia**. ISSN 2236-7934. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia. UFS, São Cristóvão, Sergipe: v. 15, no 2. 2020.

TITTONELL Pablo. Assessing Resilience And Adaptability In Agroecological Transitions [Avaliação da Resiliência e Adaptabilidade em Transições Agroecológicas]. **Agricultural Systems**. 184. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2020.102862>.